

# António Canevari e a torre da Universidade de Coimbra

António Filipe PIMENTEL

Na longa sucessão de sedimentos edificados que, no decurso de mais de um milhar de anos, configuraria, lentamente, o complexo que hoje se designa de Paço das Escolas da Universidade de Coimbra<sup>1</sup>, a torre setecentista que alberga o relógio e os sinos que regulam a vida escolar constitui, obviamente, uma das mais jovens adições. E, não obstante, é ela, mais que nenhuma outra, a imagem icónica por excelência, não apenas da escola secular mas, por via dela – e da ligação idiossincrática que plasmou com a própria cidade onde se alberga –, dessa mesma antiquíssima urbe, sobre a qual avulta como um farol dominando o promontório onde, de facto, morfologicamente se levanta.

Uma tal circunstância vem-lhe, evidentemente, da sua condição de *torre*, por natureza proeza construtiva, na desproporção congénita entre ousadia da altura e escassez de base, que, da mítica Torre de Babel ao farol de Alexandria e pelos tempos fora, tenderia a configurar semioticamente, nestes inverosímeis edifícios, o próprio *ethos* das respectivas pátrias tutelares<sup>2</sup>. No caso de Coimbra, todavia, torre sineira e horária, albergando as *campâas* e o relógio da instituição escolar, a dimensão simbólica desse padrão vertical, alto de 33 metros, vem acrescer-se à função primordial, disciplinar e ritual, de relevo central numa comunidade universitária e numa corporação fortemente consciente da sua identidade histórica (e, por conseguinte, profundamente ritualizada), sendo essa outra dimensão autoritária responsável por uma original mitografia, de carácter humorístico, que ao longo dos séculos e até aos dias de hoje aureolaria um marco arquitectónico necessariamente catalizador das antipatias (mas igualmente dos afectos, no cadinho da saudade) de uma população por natureza rebelde a toda a intenção disciplinar<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Sobre as origens do Paço das Escolas – originado a partir de uma monumental alcáçova quadrangular, edificada em finais do século X sob as ordens de Almansor e que, com a fortificação geral da urbe onde se integrava, constituiria, seguramente, o mais ambicioso programa de arquitectura militar dinamizado pelo Califado omíada na Península –, bem como sobre a evolução da estrutura edificada até ao século XVI, veja-se António Filipe Pimentel, *A Morada da Sabedoria, I – O Paço Real de Coimbra: das origens ao estabelecimento da Universidade*, Coimbra, Almedina, 2005.

<sup>2</sup> Com efeito, já Léon Battista Alberti ponderaria largamente sobre as “torres mais idóneas” e sobre o que considerava a torre ideal, bem como sobre a afinidade de proporções com as colunas que desde os antigos se lhes recomendava [cfr. *De Re Aedificatoria*, Livro VIII, cap. V, Javier Rivera (prologo de), Javier Fresnillo Núñez (trad. de), Madrid, Ediciones Akal, 1991, pp. 343-344].

<sup>3</sup> Está por condensar, verdadeiramente, o património ritual e simbólico que envolve a torre da Universidade (que antecede em muito a sua edificação, remontado às suas origens medievais, quando a corporação se regulava pelos sinos da Sé), de particular relevância quando Coimbra, como até tempos muito recentes sucedia, pouco mais era que um halo urbano envolvendo a acrópole e a Universidade e quando o som dos sinos (antes da edificação dos inúmeros obstáculos arquitectónicos que a expansão urbanística necessariamente disseminou) se repercutia livremente por toda a mancha citadina. Além do rasto documental, há toda uma tradição oral sobre a matéria que urge recolher enquanto é tempo: sirva de exemplo sobre a urgente necessidade dessa operação, a recente e infeliz morte do Sr. Loureiro, notável personagem, “homem de sete ofícios” e, por anos, relojoeiro e sineiro da torre, que conhecia como ninguém e de que nos falou com um entusiasmo inigualável e cuja “ciência”, por esse facto, não pode já ser registada. A título de exemplo sobre a informação que perpassa

E, na verdade, desde inícios de Outubro de 1537, recém-chegada a Coimbra e na iminência de alugar-se no velho Paço Régio, que a Universidade insistia na transferência, de Lisboa, do precioso instrumento horário, adquirido em finais do século XV e do correspondente sino, porquanto, afirmava, “nã podia aver boa ordem sem relógio”. Ciente das razões que assistiam à escola, autorizaria D. João III, em Dezembro de 39, a sua colocação no interior do pátio, “sobre a porta da emtrada do terr<sup>to</sup> dos paços”, mas o complexo esquema funcional engendrado pelo reitor Frei Diogo de Murça, de molde a albergar, a partir de 1544, o pleno das faculdades no que haviam sido até então os aposentos da Rainha<sup>4</sup>, seria responsável pela transumância do especioso engenho (ou melhor, de um novo, que entretanto o substituiria) para uma situação mais próxima da logística escolar que lhe competia regular: o cubelo voltado ao pátio, que abrigava as escadas centrais dos aposentos do Rei, alteado em virtude dessa operação<sup>5</sup>. Problemas estruturais decorrentes da edificação, sobre essa torre, da nova casa do sino, estarão provavelmente na origem da decisão, tomada em 1561, de levar a cabo a edificação de uma torre de raiz, alojada junto ao ângulo noroeste do terreiro, cujos planos seriam cometidos a João de Ruão e cujo campanário deixaria rasto na conhecida vista de Coimbra de Pier Maria Baldi realizada em finais do século XVII sendo, de igual modo, presumivelmente figurada numa das sobreportas dos *Gerais*, modeladas por Laprade poucos anos depois.

Destinada – ou, pelo menos, utilizada também – para as disseccções de anatomia (na “casa do sino, por ser clara e boa”), seria celebrada ainda no século XVIII, quando mais não era já que um monte de escombros, cedendo espaço para a nova, como a “milhor obra que tinha aquela cid<sup>de</sup>”. E a sua reputação estará provavelmente na origem da que, em 1598, edificaria no Colégio Fonseca de Santiago de Compostela o arquitecto português Mateus Lopes, a qual, por seu turno (ou esta outra, que hoje temos), se repercutiria ainda, no século XIX, no projecto concebido por António Iturralde para uma torre do relógio, não edificada, a aduzir ao edificio universitário de Valladolid, tão escassos são os exemplares deste dispositivo arquitectónico nas antigas edificações universitárias europeias<sup>6</sup>.

E radicará aí, ao menos em parte, nesse seu carácter de *torre laica* – mais próxima, por conseguinte, das torres de relógio que, desde os séculos XIV e XV, se haviam divulgado nas casas das câmaras, que dos usuais campanários eclesiásticos (circunstância que não poderia deixar de reflectir-se ao nível morfológico) –, o labéu, lançado em 1917 por Simões de Castro (e que deixaria rasto), de que a torre teria ficado incompleta (“desprovida de cimalthas, de pirâmides e de cúpula, termina num terraço rectangular resguardado

na documentação universitária, veja-se o seguinte trecho, exarado em 22.07.1653: “Diz Fran.<sup>co</sup> Miz. Pertinas rellogoeiro desta V.<sup>de</sup> que elle de mandado de V. S.<sup>ta</sup> tangeo os sinos da torre por falecim.<sup>to</sup> do Principe q. Ds. tem [D. Teodósio de Bragança] em que pello despasso do tempo e exéquias e respondendo também com os sinos as exéquias da see deo outenta e coatro sinaes com pessoas que p.<sup>a</sup> isso buscou p.<sup>a</sup> o ajudarem” [Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Torre da Universidade, *Relógio, relojoeiro, sinos, 1603-1896*]. Para uma ideia geral sobre o espaço mitográfico ocupado pela torre da Universidade entre a comunidade académica, tanto quanto sobre a sua função ritual, vejamos José Ramos Bandeira, *Universidade de Coimbra. Edifícios do núcleo central e Casa dos Melos*, Coimbra, 1947, tomo II, pp. 19-25 e Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, “As horas e os dias da Universidade”, *Universidade(s). História, Memória, Perspectivas*, Actas do Congresso História da Universidade no 7º Centenário da sua Fundação, Coimbra, 1991, vol. 3, pp. 365-382.

<sup>4</sup> Cfr. António Filipe Pimentel, ob. cit., pp. 405-410.

<sup>5</sup> Cfr. *idem*, *ibidem*, pp. 404 e 410-412.

<sup>6</sup> Cfr. *idem*, *ibidem*, pp. 410-413 e bibliografia referida na nota 1259 e Maria José Redondo Cantera, *Una Casa para la Sabiduría. El Edificio Histórico de la Universidade de Valladolid*, Universidade de Valladolid, 2002, pp. 36-37 e 42.

por grade de ferro”, escreveria então<sup>7</sup>) perplexidade que provavelmente engendraria o desinteresse da crítica histórica, onde parece pesar ainda hoje a opinião de António Augusto Gonçalves que a cominava, em 1901, de “massa inerte de cantaria”. Ao que aduzia: “Sob o ponto de vista da arte, é simplesmente um padrão de irrefragável insensibilidade estética. Podia ser maior ou menor, serrada ou prolongada, ficaria sempre tal como é: um paralelepípedo inexpressivo, de tantos metros de altura”<sup>8</sup>.

A despeito dos seus reparos, porém, Simões de Castro não deixaria de apodá-la de *alta, elegante e garbosa* e José Maria Viqueira, naquele que é o mais interessante relato produzido por um viajante culto sobre a Coimbra do século XX, de igual modo não pouparia encômios, sublinhando *la gallardia de su elevación*<sup>9</sup>. E como construção de qualidade, obra maior de uma estética refinada e *central*, a tratariam Luís Xavier da Costa e Vergílio Correia (“construção notabilíssima” lhe chamaria este), a que não duvidam associar o nome de Ludovice<sup>10</sup>, o grande obreiro dos empreendimentos régios de D. João V, sabido como era que o monarca rejeitara os planos fornecidos pela Universidade, impondo outros gizados na Corte pelo arquitecto *mais perito*. Porém, a emergência de nova documentação, permitiria, graças à acesa controvérsia que se estabelece em torno da edificação da nova torre e demolição da primitiva, comprovar enfim a intuição que, pouco a pouco, viria tomando corpo entre a historiografia da arte<sup>11</sup>, de ser o seu verdadeiro autor António Canevari, o arquitecto romano que, por esses anos, ocupava posição central nos empreendimentos arquitectónicos do *Magnânimo*, para o qual justamente edificara, no Paço da Ribeira, uma famosa torre do relógio de clara analogia. Com ela fica, pois, por fim, esclarecido um dos enigmas da arte cortesã de D. João V, ao mesmo tempo que se faz luz sobre a história de mais um dos múltiplos sedimentos que dão forma ao velho e fascinante palácio universitário, bem como, em fim de contas, sobre as razões de fundo da sua peculiar morfologia e do aspecto *inacabado* que aparentemente ostenta – do mesmo passo que começa a recortar-se mais nitidamente a controversa actividade do *romano* em terras portuguesas.

\* \* \*

Na verdade, era conhecida, desde a sua publicação por Simões de Castro, em 1917, a provisão de D. João V, de 17 de Dezembro de 1728, dirigida ao reitor Francisco Carneiro de Figueiroa, rejeitando as plantas elaboradas por Gaspar Ferreira e informando que “mandandose ver por Architectos desta corte não aprovarão a Arquetetura da d.<sup>a</sup> Torre e pello mais perito se mandou fazer a que com esta se vos remete, com a q. enviastes, da mesma altura e grandeza, mas de melhor fabrica, e na forma da d.<sup>a</sup> nova planta mandareis fazer a

<sup>7</sup> Augusto Mendes Simões de Castro, “A Torre da Universidade de Coimbra”, *Coimbra. Boletim de Defesa e Propaganda*, ano I, nº 3, Fevereiro de 1917, p. 18 (a mesma opinião recolheria J. Ramos Bandeira, ob. cit., p. 7, nota).

<sup>8</sup> “Edifícios da Universidade”, *Annuário da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1901-1902*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1900-1901, p. 7.

<sup>9</sup> *Coimbra. Impressões y notas de un itinerário*, Coimbra, Coimbra Editora, 1957, p. 210.

<sup>10</sup> Luís Xavier da Costa, *As belas-artistas plásticas em Portugal durante o século XVIII*, Lisboa, J. Rodrigues & C.<sup>a</sup> Editores, 1935, p. 26 e Vergílio Correia, “O Edifício da Universidade. Notas de Arte e História”, *Obras*, vol. I, Coimbra, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1946, p. 135.

<sup>11</sup> Cfr. Paulo Pereira, “Torre do Relógio”, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989, pp. 402-403; Joaquim Oliveira Caetano, “Arquitectos, engenheiros e mestres de obras do Aqueduto das Águas Livres”, Irisalva Moita (coord. de), *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990 (cat.), p. 74 e António Filipe Pimentel, “*Domus Sapientiae*: o Paço das Escolas”, *Monumentos*, nº 8, Lisboa, 1998, p. 38.

Torre”<sup>12</sup>. Igualmente conhecido era o dispêndio de 48 000 rs. feito com a referida traça pela arca escolar (“p.<sup>a</sup> satisficam do Arquitetto que fez a planta p.<sup>a</sup> a torre da un.<sup>de</sup>”), em 17 de Janeiro de 1730, que Vergílio Correia sumariara em 1936<sup>13</sup>, verba que, na verdade, produz um violento contraste com os modestos 6 400 rs. que a 6 de Março de 1728 haviam sido entregues a Gaspar Ferreira para o mesmo efeito, conforme já Simões de Castro havia reportado<sup>14</sup>. Mas de todo se desconhecia a polémica que envolvera a sua construção e onde, como sempre que se “zangam as comadres” – emergem as verdades...

A obra começara, de facto, em Abril desse ano de 1728, cerca de um mês depois de ter sido liquidada a Gaspar Ferreira a respectiva planta, com os trabalhos na pedreira de Ançã, desbastando a pedra para a nova torre, ao mesmo tempo que, no Paço, se iam acumulando areia, cal, madeira e outros materiais. Entretanto, em Junho, o descimento do relógio da torre antiga<sup>15</sup> assinalava simbolicamente o início da sua demolição, arrematada ao próprio Gaspar Ferreira, em 30 de Agosto, por 19 200 rs.<sup>16</sup>, sendo que em inícios de Julho se iniciara já o transporte dos entulhos<sup>17</sup>. E é em face destes factos, que o tesoureiro da Capela, movido de genuína indignação artística pelo sacrifício da velha torre ruanesca (sem que a sucessora se afigurasse poder vir a levar-lhe vantagem), ou por mero despeito de má-língua universitária, expõe à Mesa da Consciência e Ordens, certamente em finais de Julho ou princípios de Agosto, o escândalo que, em seu entender, grassava na Universidade – e que por essa forma faria rebentar.

A saber: o sacrifício, sem causa que em sua opinião o motivasse, daquela que designa como a “milhor obra que tinha aquela ci<sup>de</sup>”, com elevadíssimos custos e sem autorização régia, por tal forma que a nova torre, cujo “Autor hera hum Gaspar Ferreira entalhador, metido a Arquiteto”, nas suas palavras, viria, além do mais, prejudicar o *geral* de Medicina, as casas da secretaria e escada e pórtico dos *Gerais* (onde avultavam as cariátides de Laprade), em virtude de ser o tal Gaspar muito protegido de alguns deputados, mas origem, de facto, das exorbitantes despesas realizadas na casa da Livraria. Recomendava, assim, que se suspendesse a obra começada, até ser examinada por engenheiro da Corte para determinar o mais conveniente<sup>18</sup>.

A carta cairia como uma bomba junto da Mesa e do próprio Rei que, em 31 de Agosto, oficia ao vice-reitor (ausente Figueiroa) e, do mesmo passo que lhe remete cópia da mesma e estranha o lançamento de obra nova sem sua provisão, exige os necessários esclarecimentos sobre a matéria em causa<sup>19</sup>. Ao que o vice-reitor procede, defendendo a ausência de provisão “por se entender que como era de reparo, e reedificação de obra antiga” e soli-

<sup>12</sup> “A Torre da Universidade...”, pp. 17-18, publicando também J. Ramos Bandeira a provisão (AUC, *Provisões da Universidade*, tomo IV, fl. 152) e o essencial da informação de S. C. (*O Edifício da Universidade...*, tomo II, pp. 6-7 nota).

<sup>13</sup> AUC, *Receita e despesa da Universidade*, 1729-32, fl. 72v (cfr. Vergílio Correia, “O Edifício da Universidade...”, p. 135).

<sup>14</sup> “A Torre da Universidade...”, p. 17 (AUC, *Receita e Despesa da Universidade*, 1725-28, fl. 77v).

<sup>15</sup> AUC, *Despesas feitas pelo agente Bento Gomes Castanheira com a obra da torre, sinos e relógio*, 1728-29, fls. 14-14v.

<sup>16</sup> Cfr. *idem*, *ibidem*, fl. 40.

<sup>17</sup> Para a história da construção da torre, veja-se: AUC, *Torre da Universidade, Obras de construção, fêrias e materiais*, 1728, 1729, 1730; *Obras de construção, fêrias e materiais*, 1731, 1732, 1733; *Despesas feitas pelo agente: fêrias e materiais*, 1729-1730; *Despesas feitas pelo agente Mateus Monteiro: fêrias e materiais*, 1730-31; Agência, *Despesas feitas pela agência de Coimbra – Obras da Universidade – Agentes Domingos Duarte, Bento Gomes Castanheira, 1709-1735* (*Despesas com a Torre da Universidade*, 1731-32); *Receita e Despesa, Receita e Despesa da Universidade*, 1729-32 (onde se regista, a fl. 72v, a remessa para Lisboa dos 48 000 rs. destinados ao arquitecto da Corte que fez a nova planta) e *Receita e despesa da Universidade*, 1733-36.

<sup>18</sup> Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (TT), Mesa da Consciência e Ordens, Maço 60, doc. 33.

citando ao Rei que autorizasse a continuação do que designa de *reparação* da torre “pois sem os sinos se não podem reger as cadr.<sup>as</sup> porq. emq.<sup>to</sup> se não levanta a Torre se hade a un.<sup>de</sup> governar pello rellogio do coll.<sup>o</sup> da comp.<sup>a</sup>; e p.<sup>a</sup> os quartos por hum de parede”<sup>20</sup>.

A capciosa designação de *reparação* dada pelo vice-reitor à obra da torre nova (e correlativa demolição da antiga) terá produzido irritação na Mesa e no monarca, que consideraram “afectada a desculpa”<sup>21</sup>, pelo que, a 7 de Outubro, segue reprimenda em forma (dirigida a este e a todos os deputados metidos no conluio), estranhando uma vez mais o lançamento da obra sem a competente provisão que a autorizasse, sendo ela efectivamente de demolição e reedificação, da qual não havia aparentemente *repentina nessecid.<sup>e</sup>* Ordena-se, assim, a suspensão da mesma até nova ordem, requisitando o Rei a planta e orçamento de custos *feito pellos Arquitetos q. dis a informação forão ouvidos* (e de que exige os respectivos relatórios sobre as concretas deficiências da torre velha), do mesmo passo que ordena que se meta pregão para se arrematar pelo menor preço, exigindo informação sobre o sistema de remuneração de Gaspar Ferreira<sup>22</sup>.

Figueiroa, entretanto regressado, apressa-se a responder pelo miúdo à intimação real, esclarecendo que mandara suspender os trabalhos, e “som.<sup>te</sup> se continuara a treçar a cal q. estaua em pô p.<sup>a</sup> se não perder, e o aranco, e carreto da pedra p.<sup>a</sup> que com o inverno se não fizesse o campo invadiavel”, tendo afixado igualmente os editais, esclarecendo, porém, que “não houvera quem lançasse, mais q. o M.<sup>e</sup> das obras Gaspar Frr.<sup>an</sup>”, cujo lanço remedia, mas não o orçamento do custo da obra “por não hauer naquella cid.<sup>e</sup> quem a saiba medir e orçar”. Expedia também as *certidões* dos architectos sobre o estado da torre antiga e duas plantas que fizera o Ferreira. Ao mesmo tempo voltava a defender a decisão do seu derrube com a precaridade da sua estrutura, em razão do que, parecendo conveniente se desse maior altura à torre nova, fora o mestre de opinião de que “se devia alargar mais p.<sup>a</sup> mayor segurança”.

Seguidamente, sacode a água do capote sobre a questão da provisão, afirmando que “dandosse principio á obra dissera elle R.<sup>or</sup> q era necessr.<sup>o</sup> dar conta a V. Mag.<sup>e</sup> e esperar licença sua”, ao que se opusera o deputado Geraldo Pereira Coutinho, protestando que “a licença era escuzada pello costume ter interpretado o estatuto”; que, na verdade, ele próprio havia estado ausente por questões de saúde, mas que, de facto, “não podia negarse que fora culpa procederse neste cazo sem licença”. A verdadeira responsabilidade da demolição da torre não era, porém, em sua opinião, da Mesa da Fazenda, “por ser proffissão alheia da sua”, mas dos “Arquitetos, que assim lhes pareseo, e o aconselharão”...

Repele então as críticas do tesoureiro da Capela sobre os inconvenientes da edificação da nova torre para o *geral* de Medicina, escada e pórtico, já contornados, diz, pedindo ao Rei se dignasse conceder licença para a prossecução da obra “na forma da última planta do M.<sup>e</sup>”, de que resultava ouvir-se melhor o sino e o relógio da cidade e porque corresponderia melhor às obras da Universidade, todas feitas com grandeza e de contrario se perderia a despesa feita, orçada em mais de 3 000 cruzados. E reserva para o fim o melhor argumento: o de que o próprio Rei havia “mostrado dezejos de q. na vnd.<sup>e</sup> florea a sciencia de Mathematica p.<sup>a</sup> q. lhe havia V. Mag.<sup>e</sup> ordenado comprasse l.<sup>os</sup> novos, e instrumentos Mathematicos, e parecer necessário haver na Torre hum observatório por não achar o

<sup>19</sup> AUC, Provisões, *Provisões (Registos)*, 1723-1732, liv. nº 145, fl. 251v.

<sup>20</sup> Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (TT), Mesa da Consciência e Ordens, Maço 60, doc. 33.

<sup>21</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>22</sup> AUC, Provisões, *Provisões (Registos)*, 1723-1732, liv. nº 145, fl. 254v-fl. 255.



P.<sup>c</sup> D.<sup>os</sup> Capaci outro citio maes capas, e com a mayor altura e largura delle se evitava a g.<sup>de</sup> despeza se se houvesse de fazer o observatório em outra p.<sup>te</sup> como representara a V. Mag.<sup>e</sup> e a largura bastava ser capas p.<sup>a</sup> vinte pessoas”<sup>23</sup>.

É em face disto que, ponderados na Mesa da Consciência o intrincado *negócio* em que a obra da torre se convertera e a planta dela feita pelo mestre de obras universitário e remetida pelo Reitor, se decide encarregar Lázaro Leitão Aranha, deputado da mesma e superintendente das suas obras, além de cônego da Patriarcal, de que “mostrasse a d.<sup>a</sup> planta aos Arquitetos desta Corte”. E, como fosse desaprovada, “se mandou fazer outra pello Arquitetto Romano António Canavari”, a qual o próprio Lázaro Leitão entrega na Mesa a fim de ser expedida para Coimbra, como efectivamente foi, em 17 de Dezembro, acompanhada da carta régia onde se informava o prelado da reprovação da planta que enviara por parte dos architectos da Corte e de como “pelo mais perito se mandou fazer a q. com esta se vos remette com a q. inviasteis, da mesma altura e grandeza mas de milhor fabrica”. Ordenava-se-lhe, em conformidade, que pela dita nova planta “mandareis fazer a Torre”, não por arrematação mas por jornal, recebendo Gaspar Ferreira ao dia, sob a direcção do mesmo Geraldo Pereira Coutinho sobre quem o reitor descarregara a responsabilidade do derrube da torre antiga, mas que em fim de contas era agora louvado “pello bem q. me tem servido na superintendencia das obras dessa und.<sup>e</sup>”. De véspera seguira a ordem para o pagamento dos 48 000 rs. “p.<sup>a</sup> satisfação do Arquitetto a q.<sup>m</sup> se mandou fazer hua planta p.<sup>a</sup> a Torre q. se ha de fazer na ditta Und.<sup>e</sup>”<sup>24</sup>.

\* \* \*

Concluída em Julho de 1733, após um dispêndio de 14 543\$522 rs., a crer em contabilidade adrede elaborada<sup>25</sup>, a obra da torre universitária gerara necessariamente alguma turbulência na vida da instituição, desde logo por suceder, quase imediatamente, a outra empresa altamente dispendiosa, como o fora a Casa da Livraria<sup>26</sup>. E tal se repercutiria, fosse nas críticas do tesoureiro da Capela, fosse nas reservas da Mesa da Consciência. E outro tanto sucedia com a capacidade de Gaspar Ferreira (cuja fortuna profissional na obra da Livraria se talhara) não tanto para levar a cabo tal cometimento, mas para projectar a nova obra, sendo certo que o tesoureiro não mentira ao cominá-lo de *entalhador, metido a Arquitetto*<sup>27</sup>. E também Pereira Coutinho, lente universitário, fizera na construção da Livraria a sua carreira de superintendente das obras escolares, aliás com competência, como a Mesa terminaria por reconhecer ao confiar-lhe de novo o encargo da direcção da torre. E aí, provavelmente, adquirira o gosto que o levava a ser o autor moral, a fazer fé nos documentos, do derrube da primitiva torre.

A escolha de Gaspar Ferreira para projectar a nova obra dever-se-á, talvez, ao desejo de a fazer passar despercebida do poder central e centralizador (que dificilmente aprovaria tal encargo, na esteira do enorme dispêndio a que conduzia a recém-concluída

<sup>23</sup> Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (TT), Mesa da Consciência e Ordens, Maço 60, doc. 33.

<sup>24</sup> Cfr. *idem*, *ibidem* e AUC, Provisões, *Provisões (Registos)*, 1723-1732, liv. nº 145, fl. 257 e 258.

<sup>25</sup> Cfr. *Anuario da Universidade de Coimbra, anno lectivo de 1877-78*, p. 255.

<sup>26</sup> Cfr. Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo social e económico*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, col. “Acta Universitatis Conimbrigensis”, 1995, pp. 495 e 778.

<sup>27</sup> Sobre Gaspar Ferreira veja-se fundamentalmente: António Filipe Pimentel, “Gaspar Ferreira”, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989, pp. 187-188. O livro que temos em preparação sobre a Casa da Livraria universitária esclarecerá amplamente a sobeja justeza das palavras do tesoureiro da Capela, ao documentar a ascensão profissional do mestre de obras universitário.

Biblioteca), como coisa caseira e de somenos, intento que a carta do tesoureiro da Capela frustraria. Que a Universidade, uma vez chamada à colação, não depositaria exagerada fé na capacidade de Gaspar Ferreira para improvisar-se em arquitecto, nem, tão pouco, no fruto do seu esforço (modestamente remunerado com 6 400 rs.), demonstra-o o facto de o reitor Figueiroa se ter apressado a solicitar-lhe nova planta (que refere como a *última planta do M.<sup>e</sup>*) que, ao ser intimado, remete ao Rei com a primeira. O conflito que, ainda em 1733, estalaria entre a Escola e o artifice a propósito das deficiências do risco que dera para as letras dos mostradores do relógio dessa mesma torre, e que redundaria no pagamento por sua conta do trabalho do fundidor, trai a natureza dessa relação<sup>28</sup>.

Foi na confusão deste *negócio* que o Rei e a Mesa da Consciência resolveram pôr ordem, cientes da inevitabilidade de levar por diante a obra iniciada, visto encontrar-se já reduzida a entulho a primitiva torre. E na decisão terá pesado também a relevância da obra para o desenvolvimento dos estudos matemáticos e das observações astronómicas na Universidade, recomendadas pelo Rei e o parecer de Domingos Capacci, que não teria achado “outro citio mães capas”<sup>29</sup> Assim, pois, observadas pelos *arquitectos da Corte* e obviamente reprovadas as traças provincianas de Gaspar Ferreira, seria o encargo do novo projecto cometido ao *mais perito*, o qual, por esses anos e pela aura que rodeara a sua vinda era, sem dúvida, Canevari, recém-chegado, aliás, à Corte do *Magnânimo*, aureolado por alguns trabalhos de renome na Cidade Eterna onde, de resto, desde 1725 que se ocupava no serviço do monarca, edificando a Academia dos Arcades. Relacionada tradicionalmente com o projecto do Aqueduto das Águas Livres, que chegaria a dirigir por espaço de alguns meses – antes que a controvérsia em que se envolveu com os técnicos portugueses compromettesse a sua credibilidade, ditando o seu afastamento da obra (e do Reino) em 1732 –, a sua estadia na Corte portuguesa ficaria associada a intervenções no Paço da Ribeira e no do Patriarca, ao Tojal e à programação dos fogos de artifício para a celebração, em Lisboa, em inícios de 1728, do casamento da Infanta D. Maria Bárbara com o Príncipe das Astúrias, D. Fernando. Mas, sobretudo, à realização da celebrada *torre do relógio* desse mesmo palácio<sup>30</sup>, fixada na iconografia e que constituía a principal razão da

<sup>28</sup> Cfr. AUC, Fazenda da Universidade, *Lembranças da Meza da Fazenda*, fl. 80v-81.

<sup>29</sup> Com efeito, vem a propósito referir que a suspensão da obra do observatório astronómico de Elsdén, a cuja edificação se sacrificaria o castelo, na sequência da reforma universitária de 1772, seria ditada, não por razões de carácter económico, mas por se ter chegado à conclusão de ser o local desadequado à finalidade pretendida, vindo a ser substituído, como é sabido, por outro edificado por Macomboia no Pátio da Universidade (conforme demonstraremos no 2º vol. da monografia *A Morada da Sabedoria*), o que parece confirmar a eleição de D. Capacci.

<sup>30</sup> Sobre a actividade de António Canevari relacionada com Portugal vejam-se: Francisco Marques de Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, vol. I, pp. 160-162; Ayres de Carvalho, *D. João V e a arte do seu tempo*, Lisboa, 1962, vol. II, pp. 311, 341, 343, 357 e 359-372; José Fernandes Pereira, *A acção artística do primeiro Patriarca de Lisboa*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1986, pp. 62 e 79-80; *idem*, “António Canevari”, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989, pp. 107-108; Irisalva Moita, “O Aqueduto das Águas Livres e o abastecimento de água a Lisboa”, Irisalva Moita (coord. de), *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990 (cat.), pp. 28-23; Joaquim O. Caetano, “Arquitectos...”, *ibidem* pp. 74-77; Paola Ferraris, “António Canevari a Lisbona (1727-1732)”, *Giovanni V di Portogallo (1707-1750) e la cultura romana del suo tempo*, Roma, Argos, 1995 (cat.), pp. 57-64; José Manuel Alves Tedim, *Festa Régia no tempo de D. João V. Poder, espectáculo, arte efêmera*, dissertação de doutoramento policopiada, Universidade Portuguesa Infante D. Henrique, Porto, 1999, vol. I, p. 278; Ana Paula Rebelo Correia, “Fogos de artifício e artificios de fogo nos séculos XVII e XVIII: a mais efêmera das artes efêmeras”, *Arte Efêmera em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, cat., pp. 125-128.

intuição historiográfica que levaria a identificá-lo como o mais perito dos arquitectos da Corte aludidos na documentação conhecida e, desse modo, como o presumível autor da actual torre da Universidade de Coimbra.

Não sabemos, porém, se a *perícia* de Canevari, no acto de ser-lhe encomendado o novo projecto para a torre de Coimbra, se estribava já então no talento com que traçaria a da Patriarcal<sup>31</sup>. Certo é documentar-se a sua presença em Portugal desde meados de 1727<sup>32</sup>, datando do Outono do ano seguinte a elaboração do seu projecto para Coimbra (entre a requisição das plantas de Gaspar Ferreira, a 7 de Outubro e a expedição da sua, a 17 de Dezembro), o que torna meramente viável essa presunção. Mas, sobretudo, seguro é não ser a sua celebrada *torre do relógio*, em fim de contas, mais que um campanário, erigido sobre a base de uma velha torre preexistente, como indica claramente Francisco Xavier da Silva e corrobora Vieira Lusitano, no poema *O Insigne Pintor e Leal Esposo* – ao aludir aos estragos feitos pelo terramoto na “antiga Base em que só padecera”<sup>33</sup> – e confirma a iconografia<sup>34</sup>, provavelmente destinado a permitir (como igualmente mostra a iconografia) a contemplação dos sinos e relógio a partir do Terreiro do Paço. Um dos quesitos, em fim de contas, que haviam orientado a elaboração do projecto universitário (ou pelo menos a segunda traça) porquanto, como ficou visto, o reitor alude à “forma da última planta do M.<sup>o</sup>”, de que resultava ouvir-se melhor o sino e o relógio da cidade.

O que é inquestionável é que a mesma sina o perseguiria em Coimbra: de facto, a altura e largura da base da nova construção (bastante ampliada, por aquela razão, em relação à torre original) seriam definidas na planta de Gaspar Ferreira e em função delas se havia procedido a obras no ângulo interno do palácio universitário, mudando a janela do *geral* de Medicina e o pórtico de Laprade e mexendo nas escadas, conforme o reitor miudamente explicara ao Rei, para atalhar os *inconvenientes* apontados pelo tesoureiro da Capela<sup>35</sup> – obras que tudo aconselhava a respeitar. E definido ficara também o seu acabamento em forma de terraço, a fim de nele providenciar o observatório recomendado pelo Rei, onde instalar os *instrumentos Mathematicos* a contento de Domingos Capacci, em observância, em fim de contas, à utilização pragmática de tal estrutura, que fizera com que a casa do sino da antiga torre fosse usada para as dissecções de anatomia, “por ser clara e boa”. Ao romano não restava, pois, mais que reformulá-la, “da mesma altura e grandeza mas de melhor fabrica”.

O que efectivamente fez, criando, com a torre da Universidade (que não com a da Patriarcal), um raro protótipo de torre campanária civil, serena e majestosa, um pouco seca nas suas linhas severamente modeladas, quebradas somente pelo lavor delicadíssimo do frontão, originalmente rematado em ático, projectando o relógio, como notaria

<sup>31</sup> A. de Carvalho aponta o ano de 1728 para a sua realização, embora sem qualquer apoio documental (cfr. *D. João V...*, vol. I, p. 361).

<sup>32</sup> A questão da vinda de Canevari, que a historiografia tradicionalmente estabelece em 1728, seria definitivamente resolvida por Paola Ferraris, ao documentar a sua partida de Roma em 9 de Junho de 1727, tendo recebido o primeiro pagamento em Abril do embaixador André de Melo e Castro (“António Canevari...”, p. 57). A primeira obra documentada – os fogos de artifício para o casamento dos Príncipes das Astúrias – remonta a Janeiro de 1728 (cfr. J. M. Tedim, *Festa Régia...*, vol. I, pp. 277-278).

<sup>33</sup> Cfr. Sousa Viterbo, *Dicionário...*, vol. I, p. 160-161.

<sup>34</sup> Efectivamente, toda a iconografia seiscentista do Paço da Ribeira, se observada com atenção, documenta a existência dessa antiga torre, no exacto local onde, na iconografia da primeira metade do século XVIII, surgirá a celebrada torre de Canevari.

<sup>35</sup> Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (TT), Mesa da Consciência e Ordens, Maço 60, doc. 33.



Nogueira Gonçalves, para uma posição insólita nas torres portuguesas<sup>36</sup>. E que levaria o viandante Viqueira a louvar essa *sencillez dieciochesca*<sup>37</sup>, de que aliás fizera prova nas obras romanas que a haviam precedido<sup>38</sup>. E que mais avultaria, certamente, a conservar-se ainda, aureolando o supreendente observatório em que afinal consiste, o douramento original da grade que a coroa, pago a Manuel da Silva (mais um dado para a vida do artista) em Julho de 1734<sup>39</sup>.

Mas também Gaspar Ferreira tem parte de relevo na obra final. Se o seu palmarés de *entalhador, metido a Arquitecto* o não habilitaria, certamente, a conceber a nova torre à altura da *grandeza* a que a Universidade estava habituada (ao menos desde finais da anterior centúria), essa mesma sua intuição para o rigor da execução do ornato e a ciência prática adquirida na Casa da Livraria, desde que assumira a sua direcção (e de que aí fizera prova), não deixariam de ser reconhecidas pela Mesa, ao confiar-lhe a nova empresa – mesmo que a jornal – rendendo-se, como em quase todos os aspectos do controverso *negócio* em que a erecção da torre se havia convertido, à situação *de facto* criada por não haver “quem lançasse, mais q. o M.<sup>e</sup> das obras Gaspar Frr.”, como se apressara a informar o reitor, ao ser pressionado a apregoar a sua arrematação. Pelo que a ele se deve, inquestionavelmente, esse “saber fazer” que avulta no trabalho realizado, e sem o qual a bela *fabrica* riscada pelo *romano* se teria fatalmente pervertido.

E é essa feliz articulação de competências, plasmada no produto final, que explica a desconfiança com que, no seu despeito, as velhas torres da cidade haviam de assistir à chegada da nova, galharda, “muy altiva, e soberba”, como descreve, em humorística e académica prosa, em 1732, o jesuíta Manuel Francisco da Silva, na sua curiosa *Carta em q. se relatão os dous sinos novos, hum da Companhia, outro da Und.<sup>e</sup>, a cuja Torre houve grandes opposições das outras*<sup>40</sup>. No que constitui, em fim de contas, o melhor testemunho de que a aura carismática que haveria de rodear a emblemática construção, já ensaiava os primeiros passos antes de concluir-se a sua própria edificação.

<sup>36</sup> Cfr. *Inventário Artístico de Portugal – Cidade de Coimbra*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947, p. 106b. Para a história do relógio, veja-se: AUC, *Escripturas da Universidade*, Liv. 48, tomo 2º, fl. 141; Agência, *Contas da despesa que se faz por mandados – pagamentos feitos pelo escrivão Dr. João de Sousa Araújo*, 1731-32, liv.º nº 52, fl. 1v; Agência, *Despesas feitas pela Agência em Coimbra – Obras da Universidade – Agentes Domingos Duarte, Bento Gomes Castanheira*, 1709-1735, liv.º nº 55, fl. 30; “Breve noticia do Paço e Edifício das Escolas da Universidade de Coimbra”, *Anuario da Universidade de Coimbra*, 1867-68, Coimbra, Imprensa da Universidade, p. 4; Manuel Lopes de Almeida, *Artes e officios em documentos da Universidade*, vol. III, Século XVIII (1726-1753), Coimbra, 1974, pp. 90-92 e 97-99.

<sup>37</sup> J. M. Viqueira, *Coimbra...*, p. 211.

<sup>38</sup> Cfr. Paulo Varela Gomes, *O essencial sobre a arquitectura barroca em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, pp. 38-39.

<sup>39</sup> Cfr. AUC, Agência, *Contas da despesa que se faz por mandados – pagamentos feitos pelo escrivão Dr. João de Sousa Araújo*, 1733-34, liv. nº 53, fl. 11v e (para a feitura e transporte da grade) *Despesas feitas pela Agência em Coimbra – Obras da Universidade – Agentes Domingos Duarte, Bento Gomes Castanheira*, 1709-1735, liv. nº 55, “Despesas com a Torre da Universidade”, 1731-32, fl. 28 e 39.

<sup>40</sup> Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Ms. 1091, p. 55-58v. Para a história dos sinos da torre, vejamos: AUC, *Torre da Universidade, Despesas feitas pelo agente Bento Gomes Castanheira com a obra da torre, sinos e relógio*, 1728-29, fl. 131v-132; *Despesas feitas pelo agente Mateus Monteiro: fêrias e materiais*, 1730-31, fl. 22v, 23v-29, 114v, 116; *Relógio, relojoeiro, sinos*, 1603-1896; *Receita e Despesa*, . Nogueira Gonçalves, *Inventário...*, p. 106b-107.



Torre do Relógio da Patriarcal  
(Zuzarte, *Vista do Terreiro do Paço*,  
desenho à pena, c. 1750,  
Museu da Cidade, Lisboa, porm.).



Vista do primitivo campanário da Capela Real  
(anónimo, *Vista do Terreiro do Paço*, óleo sobre tela, c. 1693,  
col. Jorge de Brito, Cascais, porm.).



Representação da primitiva torre da Universidade  
(Claude de Laprade, *Gerais*, c. 1702).



Torre da Universidade de Coimbra  
(vista geral).



Torre da Universidade de Coimbra  
(porm. do campanário).